



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

DECISÃO- PEDIDO TROCA DE MARCA.
INDEFERIMENTO

Solicitante – JGF COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME – CNPJ 15.640.462/0001-40

Aos 05 (cinco) dias, do mês de outubro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emilio nº. 100, Bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO**, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002, do decreto nº. 7.892/2013 e das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº99/2015 Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVE INDEFERIR** o pedido de troca de marca referente o item 02 (TINTA ACRÍLICO FOSCA – AMARELO CLARO) da empresa RESICOLOR para o FÊNIX, ENTRETANTO sem fundamento algum que autorize a troca, como apresentar as declarações necessárias para a autorização (como uma carta expedida pela empresa mencionando que não fornecerá o a tinta).

A substituição da marca ofertada até pode acontecer, desde que requisitos sejam observados. Ao pedir a substituição de marca, o contratado deve comprovar fato superveniente não imputável a ele, que inviabilizou o fornecimento da marca anteriormente cotada (ex.: descontinuidade do produto pelo fabricante).

Diz o art. 66 da Lei nº 8.666/93 que *“O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.”*

A Lei autoriza a troca somente em casos supervenientes ou de força maior. No caso em tela, a empresa Resicolor continuará a fornecer o produto, apenas informa que, devido às restrições cadastrais, somente fornecerá o produto com o pagamento antecipado, em nenhum momento cita falta de fornecimento, descontinuação temporária, descontinuação definitiva, ou qualquer outra justificativa que impossibilite o fornecimento do produto, ocasionando assim a possibilidade da troca de marca.

Vale salientar que o não cumprimento do contrato acarretará na aplicação das penalidades cabíveis, como multa e suspensão do direito de licitar no município.

É decisão.

Pregoeira: Carla Claudino

Pregoeira Substituta: Franciele Justino

Equipe de Apoio:

Miroslava Marin

Tatiana de Alencar Carlini

Josezite dos Santos

Corroborando

Nádia Braz Bins

Secretária de Administração e Logística
Secretária de Administração

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

1